

**"AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO"**

**CADERNO DE ENCARGOS**

Capítulo I  
**Disposições gerais**

**Cláusula 1.ª | Objeto do procedimento**

1 — O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de material informático necessário para que os serviços de informática e de modernização administrativa, possam dar resposta no presente ano às seguintes situações:

- a) Substituição de equipamentos (pc-desktop) que ultrapassaram o seu tempo útil de vida de acordo com plano de informática existente, em virtude das novas plataformas informáticas assim o exigirem;
- b) Aquisição de 2 servidores para gestão documental e arquivo com bases de dados distribuídas;
- c) Material de substituição e desgaste (para reparações).

**Cláusula 2.ª | Contrato**

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**Cláusula 3.ª | Prazo**

O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II

**Obrigações contratuais**

Secção I

**Obrigações do fornecedor**

Subsecção I

**Disposições gerais**

**Cláusula 4.ª | Obrigações principais do fornecedor**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as obrigações principais identificadas no anexo I - cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

**Cláusula 5.ª | Conformidade e operacionalidade dos bens**

1 — O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações, requisitos técnicos e quantidades previstas no anexo I - cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.

2 — Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 — O fornecedor é responsável perante o Município de Espinho por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

**Cláusula 6.ª | Entrega dos bens objeto do contrato**

1 — Os bens objeto do contrato devem ser entregues no edifício da Câmara Municipal de Espinho, sito na Praça Dr. José de Oliveira Salvador, no prazo de 15 dias após a assinatura do contrato.

2 — O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

3 — Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e com a respetiva instalação são da responsabilidade do fornecedor.

**Cláusula 7.<sup>a</sup> | Garantia técnica**

1 — Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de dois anos a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I - cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2 — A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento dos bens objeto de contrato;
- b) A deslocação ao local de entrega dos bens;
- c) A mão-de-obra.

3 — No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o Município de Espinho tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva operacionalização.

4 — A entrega dos bens previstas na presente cláusula devem ser realizada dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Espinho e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

**Subsecção II**

**Dever de sigilo**

**Cláusula 8.<sup>a</sup> | Objeto do dever de sigilo**

1 — O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Espinho, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 9.<sup>a</sup> | Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## Secção II

### **Obrigações do Município de Espinho**

#### Cláusula 10.<sup>a</sup> | **Preço contratual**

1 — Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Espinho deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos a encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### Cláusula 11.<sup>a</sup> | **Condições de pagamento**

1 — As quantias devidas pelo Município de Espinho, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo estimado de 30 dias após a receção pelo Município de Espinho das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 — Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens do objeto do contrato.

3 — Em caso de discordância por parte do Município de Espinho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

## Capítulo III

### **Penalidades contratuais e resolução**

#### Cláusula 12.<sup>a</sup> | **Penalidades contratuais**

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Espinho pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 25% do valor contratual;

b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 25% do valor contratual;

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Espinho pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 50% do valor contratual.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Espinho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 — O Município de Espinho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Espinho exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### Cláusula 13.ª | **Força maior**

1 — Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 14.<sup>a</sup> | **Resolução por parte do contraente público**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Espinho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Espinho.

#### Cláusula 15.<sup>a</sup> | **Resolução por parte do fornecedor**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da Cláusula 17.<sup>a</sup>.

3 — Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Espinho, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

#### Capítulo IV

#### **Caução e seguros**

##### Cláusula 16.<sup>a</sup> | **Prestação da caução**

Não exigível a prestação da caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

#### Capítulo V

#### **Resolução de litígios**

##### Cláusula 17.<sup>a</sup> | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### Capítulo VI

#### **Disposições finais**

##### Cláusula 18.<sup>a</sup> | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

##### Cláusula 19.<sup>a</sup> | **Comunicações e notificações**

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

##### Cláusula 20.<sup>a</sup> | **Contrato escrito**

1. De acordo com o artigo 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito.

2. As despesas decorrentes da celebração do contrato, constantes na Tabela de Taxas do Município, são da responsabilidade do fornecedor.



Cláusula 21.<sup>a</sup> | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.<sup>a</sup> | **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa com especial incidência pelo código dos contratos públicos.

O Vice-Presidente da Câmara,

**ANEXO I**  
**CLÁUSULAS TÉCNICAS**

**Cláusula 1.ª | Enquadramento**

Os Serviços de Informática e os Serviços de Modernização Administrativa da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, têm a seu cargo a gestão das aplicações informáticas da Câmara Municipal de Espinho, desta forma, no âmbito das suas competências, devem efetuar as devidas diligências no sentido de garantir as condições mínimas de trabalho necessárias ao bom funcionamento de todas aplicações informáticas, assim como, de todos os equipamentos informáticos (PC's e Servidores).

Perante estas tarefas que estão atribuídas aos referidos serviços e no sentido de estes proporcionarem aos restantes serviços municipais melhores condições de trabalho em termos informáticos, efetuando o seu trabalho de forma objetiva e eficiente, será necessário adquirir o material informático descrito neste anexo na Cláusula 7.ª - Mapa de quantidades e características técnicas.

**Cláusula 2.ª | Objeto**

Aquisição de material informático.

**Cláusula 3.ª | Preço Base**

O valor base previsto é de 58.656,59€ (cinquenta e oito mil seiscentos e cinquenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos).

**Cláusula 4.ª | Entrega dos bens**

É da responsabilidade do fornecedor o fornecimento dos bens objeto de contrato nas quantidades e com as características descritas neste Anexo I na Cláusula 7.ª - Mapa de quantidades e características técnicas.

**Cláusula 5.ª | Local da entrega de bens**

Os bens objeto do contrato devem ser entregues no edifício da Câmara Municipal de Espinho, sito na Praça Dr. José de Oliveira Salvador, no prazo de 15 dias após a assinatura do contrato

**Cláusula 6.ª | Descrição técnica dos bens**

A descrição técnica mínima do hardware e componentes encontra-se expressa na cláusula 7.ª do anexo I, do presente caderno de encargos.

Cláusula 7.<sup>a</sup> | **Mapa de quantidades e características técnicas**

Hardware/Componente	Características Técnicas	Unidades	Necessidade
Monitor	Monitor LED 23" IPS (1780 /1780), VGA / DVI-D / HDMI,FULL HD	37	Substituição
Computador Desktop	Características equivalentes a Intel Core i5-4460, 8GB DDR3, 240GB SSD, DVDRW, Windows 10 PT Professional, Teclado+ Rato c/ Fio	32	Substituição
Computador Desktop	Características equivalentes a Intel Core i5-4460, 8GB DDR3, 240GB SSD, Placa Gráfica Asus GT610 PCIE 2GB DDR3, DVDRW, Windows 10 PT Professional, Teclado + Rato c/ Fio	5	Substituição
Disco	500GB Blue 3.5" SATA 6 Gb/s 7200 rpm 16mb Cache	10	Manutenção/Reparação
Servidor	Equivalente a HP ProLiant DL380 Gen9 - E5-2620v3, 16GB, S/ HDD, HP Smart Array P440ar /2G Controller, 2U SFF Easy Install Rail Kit com CMA, DVD-RW, 1x 500W FS Platinum Hot Plug RPS	2	Melhoria do serviço
Disco	1TB 6G SAS 7.2K 2.5in SC MDL HDD	16	Manutenção/Reparação
Memória	8GB 1Rx4 PC4-2133P-R Kit	28	Manutenção/Reparação
Processador	Equivalente a DL380 Gen9 E5-2620v3 Kit	2	Manutenção/Reparação
Fonte de Alimentação	500W FS Plat Ht Plg Pwr Supply Kit	1	Manutenção/Reparação